



Academia das Ciências de Lisboa
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Evocação do Centenário de Isabel Maria Magalhães Collaço (1926-2004)

23 de setembro de 2026

Apresento a todos os académicos e convidados presentes neste Salão Nobre, ou em ligação remota, as minhas saudações académicas, secundando os cumprimentos apresentados pelo Vice-Presidente, em nome da Academia das Ciências de Lisboa, na abertura desta *Evocação do Centenário do nascimento de Isabel Maria Magalhães Collaço*.

A ilustre jurista e distinta cidadã Isabel Magalhães Collaço foi eleita sócia correspondente desta academia em 25 de março 1976 e sócia efetiva em 17 de novembro de 1989, juntamente com a escritora Agustina Bessa-Luís, as quais foram as duas primeiras sócias efetivas da Academia de Ciências de Lisboa. Recordo que após quase século e meio da sua fundação, em 1912, tinham sido eleitas Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Maria Amália Vaz de Carvalho, que foram as duas primeiras mulheres a entrar na Academia. Foi necessário esperar outro meio século sem nenhuma mulher académica em Portugal até à eleição, também pela Classe de Letras, de Maria de Lurdes Belchior e Maria Helena de Rocha Pereira em 1975. A 31 de dezembro de 2025, num total de 108 sócios efetivos e 200 sócios correspondentes nacionais, a Academia de Ciências contava, respetivamente, com 13% e 34,5% de membros do sexo feminino.

Assim, podemos também celebrar hoje o cinquentenário da proposta de Luiz Francisco Rebello, coassinada por dois outros sócios efetivos, para “*a admissão para a vaga de sócio correspondente então existente na secção Jurídica da Classe de Letras da Professora Doutora Isabel Maria Moreira de Almeida Tello de Magalhães Collaço, em quem concorrem altas qualidades intelectuais*”

e científicas que inteiramente justificam a sua eleição.” Continuando a citar o proponente, “Representou o nosso País em diversas conferências e reuniões internacionais, bem como em numerosas missões económicas; é além disso membro do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia e de outros organismos internacionais, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Ultimamente exerceu, de Maio de 1974 a Março de 1975, as funções de membro do Conselho de Estado.”

Sendo a primeira mulher doutorada em Direito em Portugal, em 1954, professora catedrática em 1966, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde criou escola, foi a primeira jurista portuguesa a possuir o título académico em 1976 e uma cidadã com uma forte personalidade, com uma grande determinação na defesa do que considerava justo e com o mais elevado rigor intelectual e exigência no pensamento e na ação. Apesar de ter tido poucas intervenções académicas, não quero deixar de mencionar, a título de exemplo, a sua participação com a comunicação “*A Paz e o Direito Internacional*”, em 18 de novembro de 1986, no Colóquio sobre “*Portugal e a Paz*” organizado pelo *Instituto de Altos Estudos* da Academia, e uma comunicação sua sobre “*Problemas institucionais das Comunidades Europeias: O Ato Único Europeu*”, apresentada à Academia das Ciências no dia 14 de abril de 1988.

Concluindo estas breves palavras de homenagem à distinta académica que hoje evocamos, gostaria de citar Mário Soares, que foi aluno da Faculdade de Direito de Lisboa e sócio honorário desta Academia, sublinhando que a Academia das Ciências de Lisboa deverá assumir, sem complexos, a ambição de continuar “*a ser, como quando foi criada, e em alguns outros momentos altos da sua história, o fórum mais expressivo da melhor inteligência portuguesa*”.

José Francisco Rodrigues